

A REVOLUÇÃO HÚNGARA DE 1956: ALGUNS APONTAMENTOS NECESSÁRIOS¹

Marcus Vinícius Costa da Conceição *

1956 é um ano emblemático para os PC's e para os movimentos operários de todo o mundo, pois ocorrem dois fatos que marcaram uma esperança de renovação nos quadros do dito "socialismo soviético"². O primeiro é o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em que o então Secretário-Geral do partido, Nikita Krushev, através do discurso feito a portas fechadas somente para os delegados, denunciou os crimes de Stálin e iniciou o processo conhecido como desestalinização. O outro é a Revolução Húngara de 1956 que esboçou um processo social no qual os operários e camponeses, através dos conselhos, pudessem decidir o seu próprio destino.

Para se entender o suposto processo de desestalinização que é ocorrido no XX Congresso, é necessário voltar a Revolução Russa e compreender a dinâmica da tomada de poder dos bolcheviques em cima dos soviets em 1917.

Os soviets se constituem enquanto prática operário-revolucionária pela primeira vez em 1905 na Rússia, quando explode a insatisfação popular contra a Guerra e as condições de vida do povo e esta acaba se transformando em uma revolução. Deste momento em diante, os soviets, apesar de toda a repressão desencadeada pelo Czar Nicolau II, se tornam o principal elemento de organização da classe operária e surgem como uma verdadeira alternativa aos sindicatos, que neste momento já não representam verdadeiramente a classe.

¹ Este texto foi publicado anteriormente nos anais da I Semana de História do IFG.

* Doutorando em Sociologia pela UFG. Militante do Movimento Autogestionário.

² Coloca-se entre aspas o termo socialismo soviético aqui por entender que o que se constituiu na URSS não foi Socialismo, mas sim Capitalismo de Estado, uma vez que as principais características deste não foram abolidas naquele Estado, como por exemplo, a produção de mais-valor e a aplicação do modelo de produção no primeiro momento taylorista e posteriormente stakhnovista nas fábricas.

Os soviets ressurgem com toda a força a partir de 1917, quando as condições de vida da população caem drasticamente devido a Primeira Guerra Mundial, o número de mortes de soldados russos atinge números alarmantes e a população começa a se questionar qual o real sentido de se permanecer em uma guerra que naquela atual conjuntura não trazia nenhum grande perigo ao território e tinha vislumbrado o seu real sentido desde o início, era uma guerra imperialista. Através de várias manobras, como a convocação da Duma, o Czar tenta se manter no poder, mas já era tarde, o golpe de misericórdia no Império Russo já tinha ocorrido. É aqui que os soviets ressurgem com toda a força e se colocam como a verdadeira vanguarda do movimento, não é por acaso que Lênin ao retornar do exílio lança a palavra de ordem: “Todo o poder aos soviets!”

Mas na verdade o que se observa é que quando o Partido Comunista começa a participar da Revolução, um dos seus primeiros objetivos como coloca Brinton (1975) é conseguir dominar os soviets e para isso eles criam um aparelho estatal separado dos trabalhadores que logo consegue distanciar a massa das decisões. Para o autor, este foi o último grande obstáculo que os bolcheviques tiveram que enfrentar para conseguirem se apossar de vez do poder na Rússia.

Muito se fala que o processo de culto a imagem e a repressão contra a oposição considerada contrarrevolucionária, mas que na verdade eram operários e camponeses que defendiam a autonomia dos soviets em relação ao partido, começou com a subida de Stálin ao governo, mas se pode observar que desde a guerra civil, o exército vermelho comandado por Trotski foi responsável por massacrar levantes populares que apoiaram na guerra contra os brancos, como no caso do exército negro de Makno e dos soldados rebelados de Kronstadt que tinham toda uma extensa pauta de reivindicações em que a principal era a volta dos soviets livres.

Porém, o período stalinista aprofunda esse processo de expurgos, a ponto de que:

Dos 1906 delegados ao XVII Congresso do PCUS, realizado em 1934, 1.108 foram presos e acusados de crimes contra a revolução; e dos 70% dos membros e candidatos eleitos para o Comitê Central, nesse Congresso, foram presos e fuzilados, a maior parte entre 1937 e 1938... Cálculos feitos pela KGB, na época de Krutchev, que estabelecem, para o período de 1930-53, um total de 3.777.380 pessoas acusadas de “crimes contrarrevolucionários”, e o número de sentenças de morte de cerca de 700.000 – correspondendo na sua maioria às purgas de 1937-1938 (BRITO, 2006).

Esses números apresentados por Brito (2006) demonstram o quanto a oposição e qualquer pessoa que desafiasse a uma ordem de Stálin fosse considerado um traidor, as suas atitudes remetem e se assemelham muito aos czares da Rússia Imperial, sendo que nem estes possuem o aparato repressor do governo stalinista. O culto à personalidade também atinge um nível extremo, chegando ao fato de cidade, aeroportos, escolas e ruas levarem o seu nome, além da construção de estátuas, exposição de fotos e monumentos em sua homenagem. A sua morte em 1953 causa um vácuo de liderança, uma vez que o seu substituto Nikita Krushev, não possui a mesma "imponência" de seu antecessor. Desde que assume o governo, este já vem tomando medidas que visavam diminuir a influência da memória do ex-governante sobre o Estado, mas nada que pudesse ser considerado um elemento de ataque aberto à figura de Stálin.

É com um governo relativamente tranquilo que o XX Congresso do PCUS é convocado. Ele ocorre entre os 14 e 25 de fevereiro de 1956 e tem entre os seus integrantes representantes de 55 PC's de todo o mundo, inclusive do Brasil. O congresso transcorre de maneira normal, sendo que durante alguns pronunciamentos são dirigidas algumas pequenas críticas a Stálin, mas nada que pudesse deixar transparecer o processo que estava sendo colocado em curso. No último dia, uma sessão extra é convocada e o então secretário-geral do PCUS lê a portas fechadas um relatório em que denuncia os erros e deturpações de Stálin a frente do governo da URSS. Este relatório caiu como uma bomba no plenário, uma vez que os delegados não esperavam uma atitude dessas. O discurso foi marcado por denunciar o culto a personalidade, os expurgos e assassinatos de membros do partido, a coletivização forçada da terra que gerou ondas de fome e milhares de mortes, sendo que até o testamento de Lênin foi citado, no qual ele critica a personalidade de Stálin e adverte os membros do partido para tomarem cuidado com ele. O outro ponto abordado foi à relação da URSS com o mundo capitalista, que para o atual secretário-geral, esta deveria ser reestabelecida e ambos conviverem em uma coexistência pacífica, cada um respeitando a área de influência do outro. Esse processo ficou conhecido como desestalinização, e posteriormente ao congresso foram tomadas uma série de medidas que visavam apagar as influências da era stalinista na União Soviética, da qual se pode destacar três fatos: a libertação de milhares de presos de campos de trabalhos forçados; a mudança de nome da cidade de Stalingrado,

considerada o símbolo da resistência russa à invasão alemã na Segunda Guerra Mundial, para Volgogrado; e a última e que traz uma questão muito representativa, que é a retirada do corpo de Stálin do Mausoléu da Praça Vermelha e o seu enterro.

Para Segrillo (2006), a insurreição húngara ocorre como consequência do processo de desestalinização empreendido por Krushev, uma vez que na Hungria Rákosi é obrigado a anunciar que várias mortes de membros do Partido dos Trabalhadores da Hungria – PTH acusados de traição ao "socialismo" eram falsas e que na verdade foram realizadas com o intuito de acabar com a oposição. Essas declarações o fazem deixar o poder que em pouco tempo é assumido por Imre Nagy, político moderado afeito às ideias lançadas no XX Congresso.

A Hungria só se consolida como Estado Nacional independente a partir de 1918 com o fim da Primeira Guerra Mundial e a dissolução do Império Austro-Húngaro. Em 1919 ela vive a sua primeira experiência revolucionária, na tentativa de implementação de uma sociedade comunista apoiado por Moscou, porém com características próprias, tendo no comando Bela Kun, mas que devido a problemas na coletivização da terra, que desagradou parte dos camponeses³ e a contraofensiva que atingia naquele momento também a Rússia⁴, o governo de Kun dura pouco tempo, sendo que o exército interventor coloca no governo do país o almirante Miklós Horthy que governa durante 20 anos a Hungria. Na década de 1930 esta sela uma aliança com a Alemanha hitlerista e participa da Segunda Guerra Mundial ao seu lado. A sua derrota é decretada pela invasão do exército russo⁵, assim como em todos os outros países do leste europeu, que vem provocar o caos em uma sociedade desestruturada que não consegue ditar os rumos do país que a partir deste momento passa a ser orientado por Moscou.

³ Os camponeses constituem neste momento na Hungria aproximadamente de 50% da mão de obra produtiva (LEFORT, 1987, pg.153).

⁴ Que prometeu enviar ajuda militar ao país húngaro para o combate as tropas contrarrevolucionárias, mas no entanto não cumpriu a promessa.

⁵ A invasão do exército russo em território húngaro foi um verdadeiro desastre, pois apesar de derrotarem a Alemanha, foram responsáveis por uma série de atrocidades que rivalizam com a invasão alemã, como estupros e assassinatos de apoiadores do antigo estado húngaro em massa, deportações para campos de trabalhos forçados (SZABO, 2006, 14).

É na função de um exército invasor, que a URSS organiza o novo governo húngaro, através das eleições gerais multipartidárias em novembro de 1945, em que consegue menos de 20% dos votos sendo que a grande vitória fica para o Partido dos Pequenos Proprietários Rurais que representa a grande massa camponesa húngara (SZABO, 2006, pg. 14). No entanto, os soviéticos não aceitam a derrota e forçam um governo de coalização nacional, em que ele ficaria com o Ministério do Interior, que detinha o controle da polícia e desta forma o aparato repressor do Estado. Mas a farsa começa a desmoronar em março de 1947 com a "declaração da Guerra Fria", através da Doutrina Trumann, uma vez que não é necessário mais manter as aparências de um regime democrático. O Partido Comunista Húngaro passa a perseguir, prender e deportar os principais dirigentes do Partido dos Pequenos Proprietários Rurais e de outros partidos minoritários que formavam a coalização, como o Partido Social-Democrata. Muitos desses líderes viajam ao exterior e por pressão do PCH não retornam, como o primeiro-ministro Ferenc Nagy, abrindo de vez o caminho para a chegada definitiva do PCH ao poder. O golpe de misericórdia foi à fusão do Partido Comunista com o Partido Social-Democrata, que em última instância resultou na eliminação deste, e criou-se o Partido dos Trabalhadores da Hungria (PTH) que se declarava marxista-leninista e tinha como secretário-geral Mátyas Rákosi, destacado militante do PCH que teve uma sólida formação política na URSS. É interessante observar a justificativa do PTH para o golpe de Estado que foi dado na Hungria, como demonstra Szabo (2006), para eles:

A nação húngara deveria aceitar um sistema político "superior" em nome do progresso e de um futuro melhor, pois o que interessava não era o regime democrático, mas seu conteúdo, que serviria aos interesses da classe operária, interesses que só o Partido sabia reconhecer na sua totalidade (SZABO, 2006, pg. 17).

Esse regime que foi concretizado na Hungria, não se diferencia em nada daquele que estava instalado na URSS naquele momento, um sistema despótico, baseado em uma repressão violenta (executada, sobretudo pela Autoridade de Proteção do Estado, a polícia política do regime de Rákosi) e por um culto à personalidade que em nada fica devendo ao de Stálin, só que neste caso o grande líder é Mátyas Rákosi.

Foi necessária essa primeira contextualização, feita de maneira rápida e até mesmo descritiva, para se entender o contexto que a Revolução Húngara de 1956 emergiu. Ela só ocorre porque, contrariamente ao discurso do PTH, o governo que se

instalou na Hungria em nada foi feito para reconhecer os interesses dos operários e dos camponeses, mas sim os interesses da URSS uma vez que a sua industrialização – baseada na indústria metalúrgica – não levava em consideração as necessidades do país e do povo, mas sim o que foi ordenado pela nova classe que ali se instalou, a burocracia, nos moldes do modelo capitalista de estado russo, que inclusive se aproveitou de muitos elementos e técnicos do antigo regime do Almirante Horthy para o seu governo, como oficiais do exército e gerentes de fábricas.

As interpretações sobre a insurreição húngara, em geral, caminham em três direções: duas que caminham paralelas e se entrelaçam em alguns pontos e outra que caminha em um sentido totalmente oposto àquelas. As duas primeiras veem esse movimento como legítimo e derivado da insatisfação popular contra o regime autoritário de Rákosi, mas se divergem quando partem para a análise dos sujeitos desse movimento.

A primeira pode ser caracterizada como uma análise personalista, que coloca a figura de Imre Nagy como o centro das principais ações e repercussões dos eventos de 1956 (levando em consideração as suas tentativas de mudança à frente do governo húngaro entre 1953 e 1955), mas sem desconsiderar totalmente o papel dos trabalhadores, apesar de colocá-los em ações muito pontuais e, sobretudo, de resistência e não de formulação da ação, papel esse que é dado aos intelectuais húngaros que são destacados através do Círculo Petoefi. A obra organizada por Szabo (2006) é uma das que defendem essa visão da insurreição.

Na segunda, o destaque é dado aos operários (a Hungria possui o segundo maior contingente de operários dos países que formam a Cortina de Ferro, perdendo somente a Checoslováquia), sobretudo pela sua ação revolucionária e de constituição dos conselhos operários, que chegaram em alguns lugares a se tornarem o único poder real frente ao exército russo. Tragtenberg vê a revolução húngara como:

Realmente soviética enquanto entendida como o exercício do poder por mediação de conselhos livremente eleitos pelos trabalhadores. Criou seus órgãos revolucionários estruturados horizontalmente (conselhos operários), comitês urbanos, conselhos de bairros e conselhos profissionais. Foi a primeira revolução soviética antissoviética dirigida contra a burocracia do PC e do Estado. (TRAGTENBERG, 2008, pg. 66)

Na mesma linha, há Claude Lefort, que enxerga nas reivindicações dos trabalhadores e na formação dos conselhos operários um avanço em relação ao governo

e ao Estado húngaro. Para o autor, as reivindicações operárias superam e muito as de caráter burguês, sendo que o próprio Nagy, na hora de tomar as decisões privilegia mais a burguesia do que os próprios trabalhadores.

A terceira e última interpretação a respeito da Revolução Húngara é a "oficial" dada pelo PCUS e que serviu de base para todas as análises e manifestações contrárias ao processo que se desencadeava no país naquele momento e que no geral foram feitas pelos PC's atrelados a URSS em todo o mundo, como no caso do Brasil em que o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) lança uma resolução pedindo aos trabalhadores, estudantes e intelectuais que declarem seu apoio ao Estado Húngaro e ao PTH, pois o que na verdade estava ocorrendo era:

Uma tentativa das forças reacionárias internas, apoiadas pelos imperialistas, visando a derrubada do Poder popular e a liquidação das conquistas socialistas dos trabalhadores. Seus objetivos eram a entrega das fábricas aos capitalistas, a volta das terras dos camponeses para as mãos dos latifundiários, a restauração dos privilégios feudais, a denúncia do Tratado de Varsóvia e a mudança da política externa da Hungria em favor do campo e do imperialismo e da guerra. (COMITÊ CENTRAL In SZABO, 2006, 167).

É impressionante ver como o PCB lança mão de elementos totalmente contraditórios com o que se passa na realidade húngara, como veremos mais adiante, somente para não ir contra as decisões e deliberações do governo de Moscou. Até mesmo o governo de Kádár (que vem substituir Imre Nagy em 1956 no cargo de Primeiro-Ministro) reconhece que as reivindicações dos operários são coerentes e importantes e não fruto de uma contrarrevolução fascista como prega esta interpretação. No entanto, há que se reconhecer que como toda revolução, a húngara é um movimento plural, que há operários, intelectuais e burgueses, mas que o papel desempenhado pelas classes reacionárias nesse processo, não chega nem perto do papel de vanguarda que foi realizado pelos conselhos operários, mas mesmo assim, preferiu-se dar evidência àqueles aspectos reacionários pedidos pelos burgueses. Já as outras duas (a personalista e a operária) creditam que a revolução com uma face não para o estabelecimento de uma democracia burguesa, mas sim meios mais eficientes para se debater e implementar realmente o socialismo na Hungria.

Mas é necessário levar em consideração que por mais que as suas propostas fossem consideradas ousadas, Imre Nagy, não avança em direção a estabelecer uma

autonomia operária, muito pelo contrário, quando ele se reestabelece no poder, chama para formar um governo de coalizão multipartidário com membros do Partido dos Pequenos Proprietários Rurais, mas não coloca lá nenhum operário representante dos conselhos que se formaram naquele momento, ele os reconhece mas não como força política expressiva. Isso pode ser explicado, através de sua formação política, de caráter a privilegiar a burocracia, ter sido realizada toda dentro do PCH e ele compreender que o Partido é a expressão e a voz da classe operária, definindo assim, as suas reformas pretendiam criar um socialismo mais humano e nacional, sem, contudo alterar as bases políticas já delineadas no país.

Segundo Segrillo (2006), a insurreição húngara começa através de uma simples manifestação do Círculo Petoefi, de intelectuais e estudantes, de apoio aos poloneses no dia 23 de outubro. Esta primeiramente é proibida de ocorrer, sendo liberada de última hora e acaba reunindo um número bem superior do que o PTH esperava (acreditava-se que a manobra esvaziaria a manifestação), mas ela ocorre de maneira pacífica. Mas a declaração de um membro do governo é o estopim para uma série de manifestação que levam o povo às ruas e a tentativa de invasão de uma rádio leva à morte alguns manifestantes e à chamada de Nagy para compor o governo novamente. No entanto, este não consegue dar vazão às propostas feitas pelos operários. Já no dia seguinte começam a se organizar em conselhos, sendo que o da fábrica Csepel de Budapeste é o primeiro a ser formado e os trabalhadores desta estão à frente do movimento de resistência na capital, em que a convocação de uma greve geral – contra a violência empreendida pelo governo – leva à paralisação da produção no país por alguns dias. É preciso notar que apesar de ter se constituído primeiramente em Budapeste, os conselhos operários irão se destacar de forma mais ativa nas províncias.

Nestes treze dias de insurreição, os conselhos se tornam os principais elementos de luta nas províncias de Miskolc, Győr, Szeged e Pecs. Nestes lugares, os conselhos eram responsáveis não somente por controlar a produção nas fábricas, mas também por armar os combatentes que lutavam contra as tropas russas, organizavam o abastecimento e apresentavam reivindicações políticas e econômicas. Apesar de algumas propostas divergirem entre si, em geral elas pediam: a substituição das autoridades locais stalinistas,

a aplicação da *autogestão operária*, a partida das tropas russas, direito de greve e a anistia aos insurretos.

Para Lefort (1987) a Hungria teve a chance de se constituir durante a primeira semana da revolução como uma República dos conselhos, devido ao grau de autonomia e controle que estes fizeram, sendo que nem mesmo o governo central se colocou como um poder capaz de enfrentá-los, somente o exército russo tinha essa capacidade. Para ele, a maturidade dos conselhos é demonstrada nas suas reivindicações que não fazem a separação entre os aspectos econômicos e políticos.

Os sindicatos húngaros, assim como os conselhos operários, lançam uma resolução em que pedem uma série de exigências do novo governo de Imre Nagy, no entanto as suas propostas, devido até mesmo à questão dos sindicatos serem vinculados organicamente ao PTH, não avançam mais do que a dos conselhos, sendo que algumas até mesmo entram em contradição, uma vez que quando os conselhos pedem uma autogestão operária nas fábricas, os sindicatos pedem a instauração de uma direção operária que iria conduzir as fábricas.

Nagy não consegue conter o clamor dos operários e a perseguição de Rákosi ao seu governo. Vendo que o atual governo húngaro seria incapaz de por fim às pressões populares, a URSS reivindica o Pacto de Varsóvia como meio de salvar o "socialismo" na Hungria e em 4 de novembro com a ajuda de mais de mil tanques e aviões, Budapeste e outras províncias (como Miskolc) em que os conselhos operários detinham o poder foram bombardeadas. As milícias armadas pelos conselhos foram incapazes de conter a nova leva de tanques e tropas russas que entraram em território húngaro. Segundo Segrillo (2006), foram mais de 20.000 pessoas mortas na invasão soviética e outras tantas presas, deportadas e uma infinidade de pessoas que deixaram a Hungria por causa da repressão.

Janos Kádár assume o governo no lugar de Imre Nagy que é preso e depois executado. Com a impossibilidade de governar sem o apoio dos conselhos operários, Kádár reconhece a sua autoridade e legitimidade, mas não integralmente e aos poucos vai reduzindo seus poderes nas decisões das fábricas até que em novembro de 1957, o governo considera os governos finalmente dissolvidos.

A repressão desencadeada pela URSS contra a Hungria demonstra que o processo de desestalinização não consegue atingir plenamente os seus efeitos e que este se mostra mais como um projeto pessoal de Krushev do que do PCUS, além do que, não seria uma reforma que tentava apagar uns erros cometidos por um dos seus representantes que iria mudar o sistema, porque na verdade, o problema não estava no governante, mas sim na essência do sistema. Além disso, a invasão foi responsável pelo primeiro grande racha nos PC's após a Segunda Guerra Mundial que ocasiona a saída de quadros importantes de dentro dos partidos e a criação de partidos dissidentes.

O último ponto a ser discutido são as novas forças que emergem deste processo revolucionário, em especial uma, que na década de 1960 será a responsável por um dos maiores movimentos de contestação do pós-segunda guerra mundial. A juventude (composta de jovens operários e estudantes) é essa nova força que durante a revolução se constitui como uma camada que tem reivindicações próprias e chega a formar durante esse processo uma federação que é o instrumento através do qual as suas exigências são transmitidas. Em Budapeste ela é, juntamente com o operariado, a principal força revolucionária que organiza a resistência.

Deste modo, é possível observar que a Revolução Húngara de 1956 ao colocar novamente em pauta no processo revolucionário os conselhos operários, avança em direção de um novo fôlego e de buscar as mesmas origens do início da Revolução Russa de 1917. Porém, do lado da União Soviética o que se observa é ao mesmo tempo a tentativa de matar este processo e de manter a Hungria em uma posição satélite, sem a possibilidade de avançar e construir uma revolução que atendesse aos interesses do povo húngaro e não a burocracia soviética.

Referências:

BRITO, Carlos. *O 20º Congresso do PCUS e o combate ao stalinismo*. Pravda, Lisboa, Novembro de 2006. Acesso em: 01 de novembro de 2009. Disponível em: <http://port.pravda.ru/cplp/portugal/13808-carlosbrito-o>

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário*. Lisboa: Afrontamento, 1975.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Resolução sobre a situação da Hungria. In: SZABO, Ladislao (org.). *Hungria 1956: ... e o muro começou a cair*. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 167 – 168.

LEFORT, Claude. A insurreição húngara. In: *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 132 - 166.

LEFORT, Claude. Uma outra revolução. In: *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 167 - 187.

SZABO, Ladislao. Caminhando para a Revolução. In: SZABO, Ladislao (org.). *Hungria 1956: ... e o muro começou a cair*. São Paulo: Contexto, 2006. pp.11-52

SEGRILLO, Angelo. O ano de todas as possibilidades. In: SZABO, Ladislao (org.). *Hungria 1956: ... e o muro começou a cair*. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 53 - 104.

TRAGTENBERG, Maurício. A luta pela autogestão no Leste Europeu. In: *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Unesp, 2008. pp. 65 -72.